

## Notas Bibliográficas



## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

LOPEZ, Robert S. — *The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350*, A Spectrum Book, Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs, N. J., U. S. A. [1971], 177 págs., alg. ilustrações.

O novo «paper-back» de Robert S. Lopez constitui uma das mais habilidosas e inteligentes sínteses interpretativas que tratam da Idade Média nestes últimos anos. Verdadeiro *tour-de-force* cuja feitura desencorajaria muitos medievalistas, assinalamo-lo como livro que merece bem ser conhecido, lido, meditado e apreciado. Em menos de 177 páginas, o A. leva-nos a concentrar a nossa observação sobre as cidades amuralhadas e os campos abertos, facetas menos familiares na panorâmica medieval do que castelos e catedrais. E ele fá-lo pelo facto de que foi aí, dentro dos aglomerados urbanos e nos campos, que se processou uma transformação que levou a que um sistema económico subdesenvolvido originasse uma revolução comercial, revolução mediante a qual a Europa conseguiu desenvolver-se, em especial, pelo seu próprio esforço. Com um estilo ductil mas sintético, pleno de espírito e de pitoresco, Lopez descreveu essa extraordinária revolução económica (em que sobressai a ascensão dos mercadores e dos mesteiros e artesãos) desde a sua alvorada até à sua travagem, motivada pela crise geral que a assaltou depois de 1348, ano em que a Peste Grande avassalou a Europa de lés a lés. Mas se «a economia da Europa medieval declinou, de certo modo, no entanto ela não ruiu», pois a Revolução Comercial tinha construído uma força e uma resistência económicas até aí desconhecidas e inigualadas.

Por isso o A. não hesitou em afirmar que «if medieval growth was not fast, it was altogether irreversible; it created the indispensable material and moral conditions for a thousand

years of virtually uninterrupted growth; and, in more than one way, it is still with us».

Difícilmente um livro, que, à primeira vista poderá parecer de divulgação, atinge esta craveira da mais pura erudição no domínio dos temas da história medieval da Europa.

V. RAU

GASPAR, Jorge — *Aspectos da dinâmica funcional do centro de Lisboa*, em «Estudos de geografia urbana», do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Alta Cultura, Relatório n.º 3, 1972. Policopiado. Pp. 113, figuras 46.

Percorremos com grande e vivo interesse este relatório do Doutor Jorge Gaspar, que, em boa hora, começou a circular e a tornar-se acessível aos leitores interessados neste ramo do conhecimento geográfico que contém tantas implicações histórico-sociais da mais alta relevância. Jorge Gaspar deu-se nitidamente conta dessas implicações quando escreveu na sua nota introdutória, ao assinalar as dificuldades que encontrara em trabalho de tal índole pluri-disciplinar: «Outra dificuldade residiu na carência de fontes históricas e estatísticas de utilização fácil e pouco demorada, como seria necessário a um estudo deste tipo. Daí a frequente obrigatoriedade de utilizar séries incompletas de elementos. Assim, as quantificações efectuadas baseiam-se quase sempre em amostragens — bastante significativas, mas, apesar de tudo, amostragens.»

Não obstante as dificuldades que apontou, o A. abalancou-se, e muito bem, a dedicar mais propriamente a Clio, desde um passado remoto até a um passado próximo, um total de sete páginas, de páginas 9 a 15 do seu relatório, ou seja o seu capítulo 3, que denominou: «Aspectos da Evolução da Estrutura Funcional do Centro de Lisboa até ao Século XIX». Destas sete páginas, uma e meia trata de *o centro de Lisboa na Idade Média*, duas e meia de *o Centro de Lisboa na 2.ª metade do século XVI (1565)*, duas páginas de *o centro de Lisboa após o Terramoto de 1755 (1763-1769)*, a restante página de *o centro de Lisboa, durante o século XIX*. Ilustram este capítulo quatro excelentes figuras intituladas: a) — o comércio de Lisboa

em 1565; b) — a estrutura funcional das freguesias de Lisboa em 1565; c) — o comércio de Lisboa em 1763-1769; d) — a estrutura funcional das freguesias de Lisboa em 1765-1769.

Segundo se depreende da bibliografia assinalada nos pés-de-página e na bibliografia geral, Jorge Gaspar serviu-se de três obras para escorar historicamente este 3.º capítulo do seu estudo: 1) — a dissertação de licenciatura em História, polícopiada e apresentada em 1968, à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, por José Magno Santos Pereira Grosso, intitulada *Demografia profissional de Lisboa na segunda metade do século XVI. Subsídio para o seu estudo*; 2) — A dissertação de doutoramento em História apresentada em 1963 à mesma Faculdade por Jorge Borges de Macedo e intitulada *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, editada em Lisboa, em 1963; 3) — a documentação publicada em Lisboa, no ano de 1947, pela Câmara Municipal de Lisboa a quando das comemorações do VIII centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, com a denominação de *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, documentação sobre a qual foi elaborada a dissertação de Pereira Grosso acima referida.

Ê-nos extremamente grato assinalar esta *colaboração metodológica* que se pode detectar entre estudos elaborados sob o signo da investigação histórica e da geográfica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; na investigação histórica a responsabilização, durante muitos anos, recaiu sobre a signatária desta singela recensão. Daí o alvoroço com que hoje chamamos a atenção para a novidade e a actualidade do bem elaborado inquérito do Doutor Jorge Gaspar. Auguramos-lhe, a ele e ao Centro de Estudos Geográficos do I. A. C., um futuro brilhante no respeitante à investigação no sector da geografia urbana. E porque o fazemos, sem regatear felicitações ao A., ao Professor Doutor Ilídio de Amaral, director do projecto de investigação sobre *Estudos de Geografia Urbana*, e à instituição patrocinadora, queremos sugerir ao Doutor Jorge Gaspar alguns elementos, poucos, que nos ocorrem de momento, para colmatar a carência de fontes históricas e estatísticas, que ele lamenta, para a determinação mais exacta da dinâmica funcional do centro de Lisboa desde os finais do século XVIII.

Lembramos os *Almanaques* que todos os anos a oficina da Academia Real das Ciências, ou a Régia Oficina Tipográfica, editavam; eles fornecem dados precisos sobre dinâmica da localização de funções e áreas sociais em Lisboa, tanto no centro como na periferia da cidade.

O Almanaque para o ano de 1790, diz-nos que o Cônsul Geral da Dinamarca morava às Janelas Verdes; o de França, no Terreirinho de Santa Catarina; o de Génova no Largo de S. Paulo; o de Espanha à Bica dos Olhos; o da Holanda às Pedras Negras; o de Inglaterra na Rua da Bela Vista; o do Império na Calçada do Santo André; o de Nápoles na Rua das Flores; o da Prússia na Rua Direito do Loreto; o de Ragusa ao Sequeiro das Chagas; o da Rússia às Olarias; o da Suécia na Rua do Alecrim; o de Veneza na Travessa da Queimada. Os contratadores (que tinham arrematado os contratos e as fábricas de Sua Majestade) e os negociantes, portugueses e estrangeiros, indicava-se-lhes a morada um por um — alguns na Praça do Comércio, na Ribeira Velha, na Rua do Alecrim, no Chiado, aos Mártires, na Rua das Flores, na Rua Larga de S. Roque, na Rua dos Fanqueiros, etc., etc. Os médicos espalhavam-se por toda a cidade, desde junto ao Paço até ao alto do Salitre e a Santa Apolónia, da Rua de Buenos Aires à Rua do Norte, da Rua das Gaiotas a Xabregas, da Rua Augusta à Rua Formosa, do Largo de S. Roque ao Arco de Bandeira e à Calçada do Combro, etc.

Indicava-se também no Almanaque de 1790 a morada de todos os funcionários — grandes, médios, pequenos —, dos sócios da Academia Real das Ciências; a localização dos jardins botânicos, dos gabinetes de história natural, de física, das medalhas ou antiguidades. No final figurava um mapa com a indicação dos fogos que existiam nas 40 paróquias de Lisboa.

Por esta sucinta enumeração é possível vislumbrar quais os dados que esta fonte histórico-social pode fornecer aos estudiosos da geografia urbana da capital quando sistemática e cuidadosamente aproveitada e graças a uma metodologia adequada e actualizada.

Para terminar gostaria de recordar um artigo que tem passado despercebido. Aquele do brasileiro José Albertino Rodrigues, *Ecologia urbana de Lisboa no século XVI*, feito a

partir da mesma fonte aproveitada por José Pereira Grosso, ou seja do *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el Rei Nosso Senhor no ano de 1565*. O artigo de José Albertino Rodrigues foi publicado na revista «*Análise social*», Lisboa, 1970, vol. VIII, n.º 29, pp. 96-115, revista do Gabinete de Investigações Sociais, do antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, de que era muito ilustre director o Ex.<sup>mo</sup> Senhor Professor Doutor J. Pires Cardoso. Mais uma vez se trabalhou em Portugal sobre a mesma fonte histórica, quase sobre o mesmo tema, sem que José Albertino Rodrigues, em 1970, tivesse conhecimento da dissertação de licenciatura em História de José Magno Santos Pereira Grosso, escrita em 1968, e sem que Jorge Gaspar, em 1972, tivesse sabido do artigo de José Albertino Rodrigues. Parece-nos chegado o tempo de alguma instituição responsável, como a Academia Portuguesa da História, pôr em «estaleiro» a feitura de uma bibliografia histórica no género daquela que a vizinha Espanha edita com o título de *Indice Historico Español*. Que assim seja em breve.

V. RAU

NETANYAHU, B. — *Don Isaac Abravanel, Statesman and Philosopher*. The Jewish Publication Society of America, Philadelphia, 5732-1972. XIV + 350 págs.

Primeiramente editado em 1953, teve este livro uma segunda edição em 1968; aparece agora, no ano de 1972, uma terceira edição. Estas três edições mostram a aceitação que teve o livro que o Professor Benzion Netanyahu escreveu. O A., professor de Estudos Judaicos e presidente do Departamento de Língua e Literaturas Semíticas da Cornell University, U. S. A., estava particularmente indicado para empreender um estudo em profundidade da fascinante personalidade que foi Isaac Abravanel.

Com efeito, Isaac Abravanel apresenta-se aos olhos dos estudiosos de hoje em dia, como uma das figuras históricas mais representativas não só dos Judeus peninsulares mas também de toda a *intelligentsia* hebraica da Europa dos fins da

Idade Média. Nascido em Lisboa no ano de 1437 duma nobre família de *conversos*, oriunda de Castela, e que em Portugal se fixara em finais do século XIV fugindo às perseguições religiosas e desejosa de voltar à sua antiga crença, Isaac Abravanel representou, pela sua cultura e pelas características das suas actividades, um pensador em que se juntaram e convergiram duas correntes hebraicas tradicionais, ou seja, a do Judeu homem de estado medieval e a do Judeu filósofo medieval. Mas, além do homem de estado e de filósofo, foi cortesão, financeiro e mercador de grosso trato, erudito e poliglota, exegeta e escritor de talento de renome internacional — diz-nos o Professor Netanyahu. Em páginas bem sugestivas o A. vai-nos contando como o filho de Judas Abravanel (tesoureiro ou prestamista do malgrado Infante D. Fernando, o *Infante Santo*), viveu de perto, com a sua família e seus correlegionários, as tormentosas vicissitudes da regência do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, bem como da rivalidade entre este e seu meio irmão bastardo D. Afonso, Conde de Barcelos. A par dos seus estudos e formação intelectual serem de pura cepa hebraica, recebeu nítidas influências das culturas peninsulares, castelhana e portuguesa, dos autores greco-latinos, da escolástica medieval e dos Padres da Igreja. Deve ter conhecido a obra e talvez até o próprio cronista Fernão Lopes, secretário que foi do Infante D. Fernando, julga o Professor Netanyahu, analisando as relações existentes entre o Infante e o seu secretário e a família Abravanel; daí lhe ter vindo o interesse pela história que manifesta nas suas obras. Do mesmo modo a poesia lírica portuguesa vincou fundo traço na sensibilidade literária daquele que seria figura marcante no misticismo judaico da sua época.

De tudo isto resultou, sublinha o A., Isaac Abravanel ter-se tornado uma figura cimeira e de chefia dos judeus de Portugal. Ao mesmo tempo as tumultuosas correntes políticas portuguesas e externas levaram-no à intimidade, à privança da casa dos Duques de Bragança. Quando D. Fernando II se tornou Duque de Bragança, em 1478, Isaac era seu confiante e conselheiro. Como sendo homem «mui Rico e afazem-dado» difiniam-no então oficialmente. Mas a conspiração chefiada pelo Duque de Bragança e seus irmãos contra el-Rei

D. João II (o Duque foi executado em Évora a 28 de Agosto de 1484), ocasionou suspeitas da cumplicidade de Abravanel; este, com outros familiares, amigos e criados do Duque de Bragança, fugiu de Portugal e acolheu-se a Castela abandonando família e haveres. As cartas de D. João II, de sentença de morte contra Isaac Abravanel e José Abravanel, seu sobrinho e genro, em que são dados como sendo «mercadores residentes em Lisboa», têm a data, respectivamente, de 30 de Maio e de 31 de Agosto de 1485 (publicadas por Anselmo Braamcamp Freire, «As conspirações no reinado de D. João II», em *Arquivo Historico Portuguez*, II, pp. 31-33 e 346-348).

Passado o «episódio português» da vida de Isaac Abravanel, segue-se a descrição da sua estadia em Castela, onde entrou ao serviço de Fernando de Aragão, o Rei Católico, em actividades que se confinaram exclusivamente ao campo financeiro. Mas o édito da expulsão dos judeus firmado pelos Reis Católicos em 31 de Março de 1492, lançou de novo Isaac Abravanel e a sua família na senda dura do exílio. No último dia de Julho embarcaram em Valência num navio que, ao fim e ao cabo, os desembarcou em Nápoles.

Não foi aí, porém, diz-nos o A. que Isaac conseguiu tranquilidade e, de novo, proeminência. Só depois de deambular pela Sicília e visitar Corfu, de estancear uns anos em Monopoli, ele vai finalmente fixar-se em Veneza, no fim do ano de 1502. A cidade do Rialto ofereceu-lhe novas possibilidades. Pouco depois da sua chegada submeteu ao *Consiglio dei Dieci* um plano para regulamentar o comércio das especiarias que, julgava ele, poderia ser aceite por Veneza e por Portugal. A negativa portuguesa ao plano gizado por Abravanel pôs termo de certa maneira à sua vida de argentário. Daí por diante ele só se ocuparia do seu trabalho literário e filosófico.

Se a primeira parte do livro que vimos analisando oferece já algumas novidades aos leitores portugueses sobre a vida e actuação de Isaac Abravanel, é, contudo, a segunda parte que mais novidades lhes fornecerá. Com efeito, nessa parte mais substancial do livro (163 págs.) são tratados os aspectos da obra de Abravanel como comentador e filósofo (a sua visão do mundo: a revelação, a criação, o universo, o homem, o

homem e o universo), a sua concepção da História, os seus conceitos políticos, o seu messianismo. De tudo ressalta a extraordinária riqueza da figura estudada e da habilidade com que o A. a dissecou, com profunda erudição, perícia e ternura. Deste modo compreendemos bem como Isaac pôde ser o iniciador e primeiro mentor de seu filho Judas (conhecido pelo nome de Leão Hebreu) no campo do saber talmúdico e nos segredos da cabala, assim como em todas as disciplinas e línguas em que era perito ou sabedor.

Cumprе assinalar que o livro do Prof. Netanyahu termina com dois interessantes apêndices sobre o nome Abravanel e sobre a atitude de Isaac em relação à conjura contra D. João II. Seguem-se-lhe notas densas e circunstanciadas, referentes a cada capítulo, uma boa bibliografia, infelizmente nem sempre actualizada quanto aos autores peninsulares, sem que este facto diminua o valor do trabalho realizado ou afecte a actualização realizada no tocante à época espanhola da vida de Abravanel. Como é de tradição, de boa tradição nos livros de história em língua inglesa, um excelente índice remata o livro de Benzion Netanyahu.

Portanto, livro que deverá ser consultado e deverá figurar na bibliografia das obras portuguesas que estudem os Judeus em Portugal no século xv.

V. RAU

Universidade do Porto. *Revista da Faculdade de Letras*. Série de História. Vol. I, Porto, 1970. In-8.º, 133 págs.; Vol. II, Porto, 1971. In-8.º, 245 págs.

A Faculdade de Letras do Porto iniciou há pouco, em 1970, a publicação de uma revista que retoma a editada entre 1920 e 1926 pela antiga Faculdade de Letras da mesma cidade. Que esta apresentação sirva para ela ao mesmo tempo de efusiva saudação e de fraternal estímulo. Os seus artigos, além de marcarem um avanço na investigação, podem ser a base de um diálogo fecundo entre os membros das diversas faculdades do País. É o que tentaremos fazer agora num breve esboço de apresentação dos dois primeiros volumes da série

de História da *Revista da Faculdade de Letras* do Porto. Breve, na verdade, porque pretendemos mais apresentar os artigos do que discuti-los. Não deixaremos, porém, de apontar algumas observações críticas a dois artigos de tema medieval. Gostaria que estas notas tivessem um tom de amigável diálogo e não de polémica. Que servissem mais de estímulo para o aprofundamento de trabalhos já de si meritórios do que de crítica destrutiva do que se realizou com louvável esforço.

Começaremos, portanto, pela apresentação sumária dos dois números da Revista.

No primeiro, publicado em 1970, encontramos, antes de mais uma nova redacção do discurso feito em Alcochete em 1969 pelo Prof. Doutor António Cruz no V Centenário de D. Manuel I. Nestas páginas, são de notar uma bela colecção de gravuras que representam o rei, e, no texto, as reflexões feitas a partir dos princípios políticos expostos no *Do governo da república pelo rei*, dedicado a D. Manuel por Diogo Lopes Rebelo. Sublinhamos ainda as indicações feitas pelo Autor a propósito da passagem de D. Manuel pelo Porto em Outubro de 1502 e acerca das suas decisões sobre os privilégios da cidade. O Prof. António Cruz aproveitou esta ocasião para publicar a nota das despesas feitas pela cidade naquela ocasião e da finta lançada para as cobrir — documento do Arquivo Municipal do Porto que oferece elementos do maior interesse para vários domínios da investigação histórica, sobretudo de carácter económico e social.

Seguem-se dois artigos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, um de natureza arqueológica, outro de carácter diplomático. Em *Uma cabeça romana de bronze* (págs. 77-82), apresenta um achado de Calvos (concelho de Vieira do Minho), que representa, provavelmente, segundo ele conclui, o deus Júpiter. Em *Ainda o documento XIII dos Diplomata et chartae* (págs. 97-107) faz um comentário a um dos mais importantes documentos daquela colectânea e identifica os seus topónimos.

Por último, um artigo de Luís Adão da Fonseca acerca de *Uma carta do Condestável Dom Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V* (págs. 83-96), que publica a carta em referência, dada outrora a conhecer por Rocha Madahil.

O segundo volume da Revista é mais variado. Abre-o uma *Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública* do Prof. Doutor António Cruz (págs. 1-64), com quarenta páginas de documentos oficiais, entre os quais os Estatutos da Aula do Comércio (19 de Abril de 1759), as Instruções para os professores de Latim, Grego, Hebraico e Retórica (8 de Junho de 1759), a lei sobre o subsídio para as escolas menores (10 de Novembro de 1772), etc. Seguem-se em *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa*, de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (págs. 65-116) — linhas gerais introdutórias a uma vasta síntese acerca do tema indicado no título, com algumas belas gravuras; a biografia e algumas reflexões sobre a obra histórica do oratoriano P.<sup>o</sup> Bento José (1701-1767), que deixou, manuscritas umas *Memórias da Congregação do Oratório da Cidade do Porto*, por Eugénio dos Santos (págs. 117-146); extractos da tese de licenciatura de Aníbal Barreira acerca da contribuição de José Anastácio de Figueiredo para a «cientificação» da História em Portugal (págs. 189-199); uma breve nota de L. A. de Oliveira Ramos acerca das leis anti-esclavagistas do Marquês de Pombal (págs. 169-178), com dois alvarás de 19 de Setembro de 1761 e de 16 de Janeiro de 1773; e a tradução da carta latina pela qual Erasmo dedicou a D. João III as suas *Chrysostomi locubrationes*, de 24 de Março de 1527, por Ana Paula Quintela Ferreira Sottomayor (págs. 211-223). Mencionemos, finalmente, o grupo de artigos de tema arqueológico. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Eugénio dos Santos descrevem as escavações que fizeram no Castro de Fiães (concelho de Vila da Feira) e o material que aí encontraram (págs. 147-168); pensam poder identificar este lugar com a Lancóbriga do Itinerário de Antonino Pio, trazendo novos argumentos a uma hipótese já formulada anteriormente por vários autores. O primeiro destes autores apresenta também um trabalho sobre o *oenoké* romano de bronze encontrado em Vila Marim (Vila Real) (págs. 179-187), objecto de culto cuja importância fica assim bem demonstrada. António Cardoso fornece um subsídio para uma futura classificação dos diversos tipos de telha romana, a partir do material encontrado no castro de Fiães (págs. 201-208).

Esta apresentação sumária não ficaria completa sem fazer uma referência à excelente apresentação gráfica dos dois números, mas sobretudo às numerosas gravuras do segundo; e ainda a duas extensas notas bibliográficas de José Adriano de Carvalho acerca de obras recentes da Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lourdes Belchior Pontes e do P.<sup>o</sup> Mário Martins.

Nesta breve recensão, é evidente que não pretendemos entabular um diálogo crítico completo acerca de todos os artigos. Uma tentativa deste género só teria sentido quando feita por vários especialistas. Quero-me limitar, por isso, a fazer duas ou três interrogações de simples leitor atento mas desprevenido. Quanto ao artigo de Eugénio dos Santos acerca do P.<sup>o</sup> Bento José, gostaria de sugerir a consulta da tese de António Pereira da Silva, *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e de D. José I* (Braga, 1964), como elemento de comparação que permitiria situar com mais precisão e objectividade as tendências possivelmente jacobinas daquele oratoriano. Queria também exprimir a minha opinião de que a carta do condestável D. Pedro publicada por Luís Adão da Fonseca me parece ter mais interesse para ser comentada por si mesma e na totalidade do que acerca da política marroquina de D. Afonso V. As considerações do Condestável situam-se muito mais num plano de política geral do que de política africana, como, de resto, o próprio autor faz notar, e portanto não dizem muito sobre o tema indicado no título. Finalmente pareceu-me notar uma falha importante na tentativa de classificação das telhas romanas por António Cardoso: as percentagens que ele indica para cada tipo carecem de significado por não indicarem as quantidades absolutas que serviram de base aos respectivos cálculos.

Feitas estas breves anotações, queria alongar-me um pouco mais a propósito dos artigos de tema medieval, ambos da autoria de Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Em primeiro lugar, o seu comentário ao *DC 13*.

Devo esclarecer que a sua interpretação acerca deste documento não é talvez, tão segura como ele afirma. Não me parece provado que os vinte e cinco cultivadores cujos nomes

aí são mencionados não sejam os descendentes de Minizu e da sua *kasata*, ou dos homens do abade Adulfus, que, como o próprio documento afirma, fizeram a presúria por conta dos bispos Nausto e Sisnando. Não sabemos quantos cultivadores eles trouxeram, e nada tem de extraordinário que, passados trinta anos depois da presúria, eles fossem vinte e cinco ou trinta. A meu ver deviam ser cultivadores ou mesmo servos de ambos os presores em regime de incomuniação. Os trinta anos, pouco mais ou menos, que medearam entre a presúria e a data do documento também me parecem suficientes para justificar o estado de exploração e de habitação do lugar, mesmo que ele estivesse abandonado no momento inicial.

Por outro lado, admitindo que não se aceite esta *possibilidade*, e dado hipoteticamente como provado que Silva Escura não tivesse sido abandonada na época de Afonso I, tal facto não seria só por si suficiente para infirmar a tese de Sanchez Albornoz, que, como é evidente, não se baseia apenas em dois ou três documentos isolados, nem só em fontes de um único tipo. Se se provar o que o Autor pretende, não podemos daí concluir senão que conseguimos detectar um caso de permanência de um grupo de cultivadores num meio rural, afastado das vias de comunicação e das povoações importantes, possibilidade que admitem também actualmente os partidários da teoria do ermamento. Parece-me, portanto, que as conclusões do Autor acerca do problema do ermamento são manifestamente exageradas.

Isto não quer dizer que deixe de considerar indiscutivelmente meritória a cuidadosa identificação de topónimos feita por Ferreira de Almeida. Parece-me efectivamente demonstrado que a Silva Escura a que se refere o documento é a freguesia de Santa Eulália de Rio Covo, no concelho de Barcelos. Não me custa, mesmo, a acrescentar que o DC 13 pode eventualmente representar os vestígios de um núcleo populacional que teria conseguido permanecer no lugar durante a crise das invasões muçulmanas. Mas esta hipótese requer ainda um suplemento de prova. O documento tem também o maior interesse, como o Autor justamente observa, para o estudo da distribuição da habitação e dos tipos de campos, e ainda para detectar os elementos que indicam o povoamento do lugar

em épocas anteriores, mesmo que ele tenha sido, porventura, abandonado durante algum tempo, o que o Autor também não deixa de apontar com todo o cuidado.

À pertinente sugestão, feita pelo Prof. Doutor António Cruz, de publicar o diploma com uma nova leitura e comentários paleográficos e diplomáticos, queria acrescentar a de juntar às identificações feitas por Ferreira de Almeida um mapa onde figurassem as que efectivamente se podem provar ou supor. Também teria interesse uma comparação minuciosa entre as propriedades atribuídas aos dois bispos, para se verem as que pertencem a ambos por metade e as que possuem inteiras, e se é possível situá-las no mapa. Talvez esta tentativa desse resultados importantes para a interpretação dos problemas que o diploma põe. Em suma, depois das referências mais ou menos passageiras de Alberto Sampaio, Gama Barros e Sanchez Albornoz, e agora depois dos comentários mais extensos de Ferreira de Almeida a este documento, fica ainda alguma coisa por dizer. Mas algumas das conclusões mais seguras que hoje possuímos acerca dele devem-se sem dúvida alguma a este interessante e valioso artigo.

Quanto às *Primeiras impressões* do mesmo Autor acerca do Românico português, podemos dizer, em primeiro lugar, que também representam um avanço importante em relação à grande maioria de estudos sobre a arquitectura deste período medieval, redigidos geralmente por autores sem preparação histórica suficiente e que nem sequer se dedicaram especialmente a este período da história da arte. Ora o Autor mostra conhecer melhor do que qualquer dos seus antecessores o contexto histórico português da Alta Idade Média.

As suas opiniões são originais. A mais saliente é a de que os monumentos românicos portugueses datam de épocas mais tardias do que até aqui geralmente se pensava. Acha que já não resta, praticamente, nenhum vestígio importante do românico anterior a meados do século XII, e, mesmo, que este estilo só começa, em Portugal, nesta época. Além disso, pensa que o românico se deve ter estendido por um período muito longo, até pleno século XIV, com persistência de arcaísmos técnicos e formais até muito tarde. Embora ponha algu-

mas restrições ao processo de classificação por famílias locais, estabelece ele próprio um agrupamento deste género, em torno de monumentos mais importantes, que a seu ver, são, para o Alto Minho, a Sé de Tui, para o Entre Douro e Minho, a Sé do Porto e os mosteiros de Ferreira e de Paço de Sousa, e para o Sul do Douro, a Sé Velha e S. Pedro de Coimbra. A estes grupos acrescenta ainda o dos mosteiros cistercienses, formado a partir dos de Tarouca e Salzedas. Os vestígios arquitectónicos e escultóricos anteriores a estes monumentos fundamentais seriam secundários e representariam o tipo visigótico (e não moçárabe), não ainda o tipo românico.

Para além dos méritos que este artigo inegavelmente possui, não se podem também deixar de apresentar algumas dúvidas importantes tanto acerca do bem fundado desta tese geral, como acerca da metodologia. Uma vez que o Autor não apresenta as provas da sua tese — o que requeria, evidentemente, um desenvolvimento que ele não podia dar num simples artigo de revista — também não se pode criticá-lo. De resto também não me considero competente na matéria que o Autor se propõe estudar. Mas posso propor uma série de observações de carácter metodológico, semelhantes às que poderia fazer qualquer leitor que não se considera convencido pelo que lê.

Antes de mais parece-me que Ferreira de Almeida, ao propor desde já a sua tese, antes de a poder provar, toma um caminho errado. Sobretudo se temos em conta que ela contraria as opiniões até agora formuladas (embora estas, porventura, sejam criticáveis) e que toma por vezes um tom polémico, contra autores cujos nomes se não mencionam.

Concordo que é necessário, e mesmo urgente, rever o problema do românico; por isso não posso deixar de me regozijar ao ver que alguém o aborda com processos mais aperfeiçoados do que até aqui. Mas o que penso se deve exigir numa apresentação prévia da questão, não é o elenco das teses a demonstrar, mas um estabelecimento rigoroso dos critérios, instrumentos e métodos de trabalho que se tenciona utilizar, uma vez que os usados até aqui não são satisfatórios.

Se o românico português prolonga formas arcaicas até muito tarde, quais são os critérios que permitem distinguir,

por exemplo, um capitel do século XII de outro do século XIII, que emprega a mesma técnica para esculpir os mesmos temas? Se quase todas as igrejas tiveram várias fases de construção, como se podem distinguir e datar cada um dos seus elementos? Se, apesar de tudo, há uma evolução dos processos construtivos e escultóricos, dos temas e das formas, como se podem estabelecer as fases dessa evolução? Se há influências externas, francesas, leonesas ou galegas, como é que se podem detectar e distinguir entre si? O que devemos saber do românico dessas regiões para estudar o nosso? Se há grupos regionais, com que critérios se devem isolar as respectivas características? Se há dificuldades de datação, como se podem superar? Qual a documentação epigráfica e arquivística utilizável, e em que condições? O Autor fala de vestígios visigóticos, moçárabes e românicos, para afirmar que os últimos só aparecem ou se generalizam em meados do século XII. Onde está a definição destes três estilos adoptada pelo Autor? Coincide em tudo com as definições correntes?

Num país como o nosso, em que os estudos de história da arte têm sido feitos muitas vezes por amadores, parece-me fundamental começar por questões deste género, das quais depende tudo o resto. É do aperfeiçoamento do método que depende o valor da demonstração. Pelo que o Dr. Ferreira de Almeida escreveu neste artigo confesso-me ainda pouco confiante nos seus resultados. Causa-me apreensão, por exemplo, verificar que se abordam neste artigo problemas secundários, como por exemplo o do simbolismo dos tímpanos, deixando de lado a fundamentação metodológica sem a qual o trabalho será vão ou frágil. Também não me tranquiliza uma certa falta de ordem na apresentação dos assuntos e na divisão dos problemas a estudar. Os elementos de classificação dados nas págs. 100 e seguintes são puramente descritivos. Não podem funcionar numa classificação genética do material.

Surpreende-me ver a facilidade com que Ferreira de Almeida faz afirmações de carácter geral que saem fora do tema abordado e requeriam volumes inteiros para serem provadas. Assim, por exemplo, aquela nota de *quarenta linhas* em que traça uma descrição do processo formativo da nacionalidade portuguesa desde a época castreja até aos descobri-

mentos! (págs. 70-71). Com métodos tão sumários, arrisca-se a redigir um trabalho pouco convincente. Efectivamente, em História, não bastam afirmações tão simples como aquela que faz na nota 23 da pág. 71, em que, para provar as inovações da região de Coimbra em matéria de direito e de organização social, nos séculos XI e XII, diz, textualmente: «o confronto das cartas de foral bem o mostra» — como se esta frase resolvesse o problema.

O que acabo de escrever é, portanto, um desafio amigável: para que se cumpra a promessa de um estudo sério e científico do românico português. Espero sinceramente que o seu autor venha a ser, graças às suas brilhantes qualidades, C. A. Ferreira de Almeida, e o seu estudo definitivo possa dissipar algumas prevenções que este artigo me suscitou.

JOSÉ MATTOSO

ORLANDIS, José — *Estudios sobre instituciones monásticas medievales*. Ediciones Universidad de Navarra, S. A., Pamplona, 1971. In-8.º, 383 págs.

A publicação em volume dos principais artigos de D. José Orlandis, Catedrático da Universidade de Navarra e Director do Instituto de História da Igreja da mesma Universidade, acerca das instituições monásticas peninsulares na Idade Média, constitui um indício da renovação que os estudos monásticos têm tido na Península Ibérica durante os últimos vinte anos. O próprio Autor começa por chamar a atenção para este facto, no prefácio a esta colectânea, relacionando-o com os trabalhos e publicações a que deram lugar as Semanas de Estudios Monásticos iniciadas em Montserrat em 1958, e com a Sociedad de Estudios Monásticos, nascida dessas semanas e fundada pouco depois. D. José Orlandis, de resto, foi o segundo presidente desta Sociedad.

Do ponto de vista da investigação medieval, porém, um dos autores que mais contribuiu para esta renovação, foi o próprio D. José Orlandis. A partir, sobretudo, do seu extenso e notável estudo sobre a «*Traditio corporis et animae*», no

*Anuario de Historia del Derecho Español* em 1954, quase todos os seus artigos têm estabelecido marcos de referência para o conhecimento das instituições típicas do monaquismo peninsular na época visigótica e durante a Reconquista. É a partir destes estudos que se podem distinguir com precisão das do monaquismo carolíngio e centro-europeu.

Dotado de uma enorme capacidade de aproveitamento dos documentos medievais — cuja interpretação se torna tão difícil por causa da imprecisão dos seus termos técnicos latinos — e de uma formação histórico-jurídica muito sólida, este Autor pode-se também considerar um modelo de clareza e de espírito metódico. Vai sempre ao fundo das questões institucionais, distinguindo perfeitamente o essencial do secundário, e sabendo encontrar os textos que podem solucionar os problemas. Exemplo notável destas qualidades é a segurança com que estabelece uma relação entre os agrupamentos monásticos suevo-góticos e as congregações locais do Bierzo e da Galiza nos séculos IX e X — trabalho publicado em 1964 no *Anuario de Estudios Medievales*, e aqui reproduzido no capítulo 6. (págs. 95-123). Não admira, portanto, que os seus artigos se vissem já citados com a maior frequência por especialistas da história medieval espanhola e chegassem a constituir leitura obrigatória para quem quisesse estudar qualquer problema relacionado com a documentação monástica peninsular anterior ao fim do século XII.

Por todas estas razões, a publicação desta colectânea prestará os melhores serviços aos investigadores. Tanto mais que os referidos artigos aparecem agora completa e cuidadosamente revistos em questões de pormenor que o Autor foi verificando inexactas, as citações a textos documentais são dadas de novo através de edições críticas recentes ou mais exactas do que outras utilizadas anteriormente, e se acrescentam em nota referências a bibliografia recente.

É possível que os modernos autores mais ou menos influenciados pela escola marxista considerem D. José Orlandis excessivamente dominado por uma visão jurídica das instituições. Ele próprio parece ter dado conta desta acusação, aliás bem conhecida de todos os docentes universitários nos nossos dias, ao confessar-se expressamente como discípulo da escola de

Hinojosa, que em Espanha tem, afinal de contas, produzido os mais notáveis medievalistas espanhóis da geração de 1940-1960. Também se pode reconhecer que alguns dos seus estudos que mais se aproximam daquelas preocupações, por exemplo a respeito da origem social dos monges da época visigótica e da situação sócio-económica dos *traditi*, não chegam realmente a ser tratados de um ponto de vista sociológico. Mas seria absurdo querer com isso negar o valor dos artigos que aqui apresentamos. Com efeito, não é possível, a meu ver, interpretar correctamente os documentos do passado, sobretudo os medievais, sem estabelecer firmemente o significado e o funcionamento das instituições e costumes jurídicos, em si mesmos, e até independentemente das suas relações com os fenómenos económicos e sociais. É graças ao estabelecimento rigoroso destes conhecimentos, que permitem uma interpretação exacta dos documentos e do que poderíamos chamar o seu «sentido literal», que se pode depois fazer, com processos analíticos fundados em leis sociológicas e económicas, um uso mais geral dos dados assim adquiridos — e não o contrário —, ainda que esta análise leve por vezes a fazer alguns ajustamentos às conclusões estabelecidas pelos historiadores do direito e das instituições.

O Autor, de resto, põe também nestes termos a sua posição historiográfica como mostra o título que deu a este volume. O que acabamos de dizer também não o impede de fornecer elementos importantes e úteis, pela precisão com que os dá, para a história social (nos capítulos 2, 7, 8, 9 e 10) e para história da cultura (no capítulo 5).

Não posso, portanto, deixar de acentuar o excepcional valor dos estudos de D. José Orlandis para a história das instituições. Parece-me muito preferível fazer boa história jurídica do que má história económico-social.

Resta-me, dar um elenco das obras do Mestre, agora reunidas em colectânea, e dos lugares onde tinham sido anteriormente publicadas:

1. Los origines del monaquismo dúplice en España, in *Homenaje a la memoria de Don Juan Moneja* (1955).
2. Notas sobre sociologia monástica de la España visigoda, in *Yermo* (1968).

3. La oblación de niños a los monasterios en la España visigótica, in *Yermo* (1963).
4. El movimiento ascético de San Fructuoso y la congregación monástica dumiense, in *Bracara Augusta* (1968).
5. La «lectio divina» en el monacato visigodo, in *Ius canonicum* (1967).
6. Las congregaciones monásticas en la tradición suevo-gótica, in *Anuario de estudios medievales* (1964).
7. Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media in *Anuario de historia del derecho español* (1956).
8. Los monasterios dúplices españoles en la Alta Edad Media, *ibid.* (1960).
9. Notas sobre la «oblatio puerorum» en los siglos XI y XII, *ibid.* (1961).
10. «Traditio corporis et animae». Laicos y monasterios en la Alta Edad Media española, *ibid.* (1954).

Um destes trabalhos, o quarto, foi lido em Braga no Congresso de São Frutuoso, em 1967. Mas todos citam e aproveitam documentação portuguesa ou que interessa directamente o nosso território. Lamentamos que não se tenha incluído nesta colectânea outro trabalho do Autor, «Sobre la elección de sepultura en la España medieval» (in *Anuario de historia del Derecho español*, 1950), que embora não diga respeito apenas a instituições monásticas é também fundamental para o seu estudo. Esperamos que possa ser também em breve publicados em volume, com outros artigos do Autor.

JOSÉ MATTOSO

MORETA VELAYOS, Salustiano — *El monasterio de San Pedro de Cardeña. Historia de un dominio monástico castellano (902-1338)*. (Acta Salmanticensia. Filosofía y Letras, 63), Universidad de Salamanca, 1971. In-8.º, 302 págs.

Quando, no último número desta revista, me referia à inovação que constituía o livro de García de Cortázar acerca do domínio de San Millán de la Cogolla para a historiografia espanhola, estava longe de pensar que se lhe seguissem tão rapidamente outros trabalhos semelhantes. O que apresento hoje situa-se justamente na mesma linha que o volume citado. Foi

também publicado pela Universidade de Salamanca embora sob a direcção do Prof. José Luis Martín e depende em parte do anterior. Com efeito Moreta Velayos é discípulo de García Cortázar e iniciou com ele os seus estudos sobre Cardeña. Esta circunstância justifica que comecemos a caracterização desta obra por uma comparação com a do seu mestre.

A primeira característica que me ocorre é a de Moreta se situar mais clara e expressamente do que o seu mestre como seguidor da escola dos *Annales* e como partidário da metodologia sistematizada por Pierre Vilar, sobretudo em 1960. Em segundo lugar, o que Cortázar tem porventura a mais de ousado, hipotético e generalizador, tem-no Moreta a menos: impõe-se a si próprio a prudência e a utilização exclusiva de dados seguros e claros; restringe as deduções acerca dos pontos deixados obscuros pela documentação e exclui todo o propósito generalizador. Em contrapartida, não encontramos nele a mesma quantidade de fecundas hipóteses de trabalho, sugestões e perspectivas novas que caracterizam a obra de Cortázar. Algumas diferenças dependem mais da documentação disponível: a de Cardeña oferece uma série mais contínua, mas não tão expressiva para os séculos X e XI, depois uma série fortemente lacunar para os séculos XII a XIV, até que aparece um documento invulgar, as contas da receita e despesa do mosteiro em 1338. Ao contrário, a de San Millán era talvez menos contínua para uma determinada época, mas mais bem distribuída no largo período analisado e com alguns documentos muito expressivos, embora não tanto com as contas a que nos referimos.

Há muito de semelhante no partido que ambos tiraram do estudo da paisagem e da situação dos lugares do domínio no contexto geográfico — a meu ver uma das mais notáveis qualidades do estudo sobre San Millán. Mas Moreta ajunta a estes dados uma análise cuidadosa das condições geológicas da região em torno de Cardeña, o que lhe permite enriquecer as suas conclusões com mais alguns dados.

Um dos maiores contrastes entre as duas está, a meu ver, numa diferente utilização do elemento humano para explicar a evolução dos fenómenos económicos: não tanto enquanto ele contribui para criar as condições políticas que favorecem ou contrariam a expansão económica do mosteiro (no que

Moreta se mostra um excelente seguidor de Cortázar), mas enquanto base da história social e demográfica.

Se exceptuarmos os elementos claros e precisos que Moreta deduziu das contas de 1338 e que não têm paralelo no estudo sobre San Millán, podem-se aproximar facilmente algumas conclusões positivas e importantes dos dois estudos, entre as quais queria pôr em relevo a predominância que tanto um mosteiro como o outro deram, durante o século XII, à exploração silvícola e à pastorícia. Este aspecto não poderá doravante deixar de ser tomado em conta por qualquer história económica de Castela durante esta época, pelas suas incidências sobre a economia geral da Meseta.

Mas nem um nem outro chega a resultados satisfatórios quanto à estrutura dominial e à organização da exploração fundiária pelos mosteiros estudados. A documentação parece ainda conservar-se muda a este respeito.

Com estas considerações apresentámos já alguns aspectos positivos importantes do estudo de Moreta Velayos. Vejamos mais de perto as suas principais conclusões.

San Pedro de Cardeña, situado perto de Burgos, é um mosteiro cuja data de fundação se ignora. Aparece pela primeira vez na história no ano de 902, pouco depois de a região ter sido repovoada por Afonso III. Desde esta data até 995, o seu domínio cresce com uma certa rapidez, sobretudo durante os anos 940 a 980, protegido desde o princípio pelo Conde de Castela Gonçalo Teles, e utilizado, logo a seguir, por Fernando Gonçalves como factor de engrandecimento e consolidação política do seu condado. O sucessor de Fernando Gonçalves, Garcia Fernandes prefere proteger outras instituições religiosas, como o mosteiro de Covarrubias, mas isso não impede Cardeña de aumentar também as suas propriedades. Durante a crise dos reinos cristãos do final do século X e as incursões de Almançor, Cardeña sofre das mesmas dificuldades que todas as outras instituições religiosas da época. Só volta a recompor-se depois de restabelecido o poder real, com a introdução da dinastia navarra no tempo de Fernando o Magno. Inicia-se assim um segundo período da história dominial de Cardeña, que ocupa o resto do século XI. Nesta época, as suas aquisições são menos numerosas, mas geralmente mais valiosas

do que as do século x. Por doações de reis e magnates, incorporam-se no domínio, por exemplo, poderosos mosteiros dependentes, como o de San Martín de Mondúbar, que em 975 tinha trinta e cinco monges, e o de Santa María de Rezmondo, protegido pelo conde Fernando Gonçalves e depois pelo rei Sancho II de Castela. Agregam-se assim ao mosteiro domínios que já tinham a sua orgânica própria. O apogeu da prosperidade material de Cardena situa-se à volta do abaciado de Sisebuto (1056-1087), durante o qual devem ter sido introduzidos os costumes cluniacenses (não se sabe exactamente em que ano) e que coincide parcialmente com a protecção concedida aos monges por Cid o Campeador, que aí foi enterrado depois de ter morrido em Valência.

A fortuna material do mosteiro tornou-se estacionária desde o princípio do século XII, mas a comunidade obteve de vários reis importantes privilégios senhoriais, até ao ponto de estes se estenderem a todas as terras do domínio. Conseguiu também que os seus gados pudessem pastar em todos os lugares de Castela e de Toledo sem pagarem tributos fosse a quem fosse. A riqueza de Cardena devia ser tão grande que o mosteiro de Cluny procurou obtê-la como compensação do censo de 2 000 áureos que Afonso VI lhe pagava anualmente, e Afonso VII se recusou a saldar. Pode-se também medir o prestígio social do mosteiro pelo facto de nele terem sido enterrados vários reis de Castela e por alguns dos seus abades terem subido à dignidade episcopal.

Todavia Cardena entra em crise aberta quando os seus monges resolvem resistir à absorção cluniacense, o que provoca uma série de conflitos, e depois quando tentam fazer reconhecer pelo bispo de Burgos o privilégio de isenção canónica concedido por Eugénio III em 1150, prolongando-se assim as questões canónicas durante dezenas de anos. O fim do século XII e todo o período que se segue até ao ano de 1338, em que termina a análise do Autor, é um longo suceder de lutas e questões judiciais para os monges conseguirem manter e exercer os seus privilégios senhoriais, resistirem às usurpações da nobreza local, evitarem, na medida do possível, os impostos e pedidos régios e eclesiásticos. Não deixa todavia de apresentar ainda alguns sintomas de vitalidade, como o facto de Bento XII ter nomeado

o seu abade, juntamente com o de Silos, para reformar os mosteiros beneditinos da província de Toledo (uma das quatro da Península Ibérica) em 1336. As próprias contas de 1338, testemunham, apesar do seu *deficit*, uma administração suficientemente viva e funcional para quantificar com clareza os seus gastos e rendimentos.

A história deste domínio é estudada por Moreta Velayos sobretudo do ponto de vista da sua composição e da área geográfica que ocupa. A partir de indicações acerca da natureza dos bens comprados pelos monges ou recebidos em doação, o Autor consegue, com uma notável precisão e perspicácia, demonstrar que o crescimento do domínio, apesar de constituído na sua maior parte por doações, segue uma linha de expansão lógica e orgânica. No primeiro período, durante o século X, constitui-se como uma unidade de produção e consumo caracterizada pelo auto-abastecimento. É por isso que, de início, aparecem nele os elementos para obterem os produtos indispensáveis: terras de pão, moinhos, vinhas, direitos de pesca, salinas, bosques e montes, tendas no centro urbano e comercial de Burgos. As aquisições são, portanto, dispersas e variadas. Mas a sua abundância permitiu, provavelmente, o aumento da comunidade e dos seus dependentes, o que levou a uma procura maior dos animais e produtos pecuários necessários à alimentação, vestuário e transportes e a uma consequente extensão dos terrenos dos bosques e pastagens, o que efectivamente se verifica no período de 963-972. Por sua vez o desenvolvimento da exploração pecuária levou a uma necessidade maior de sal, e portanto à aquisição de novas salinas em 972-978.

A expansão do século XI caracteriza-se mais pela obtenção de territórios particularmente produtivos de cereais, sobretudo no vale do Pisuerga, e, no fim do século XI e princípio do XII, pela extensão do poder senhorial, que facultava provavelmente meios mais eficazes de recrutamento de mão-de-obra. Além disso, os monges acentuaram algumas características que já apareciam antes, como o aumento ainda maior da exploração pecuária (com a prática da transumância) e do sal. Finalmente, obtiveram também mais moinhos e alargaram o domínio a terras onde se concentrava o cultivo da vinha.

O Autor não dá grandes pormenores acerca da decadência económica do mosteiro. Mas pode-se medir com precisão o seu estado em 1338, graças ao excepcional documento a que nos referimos já várias vezes. As contas feitas neste ano permitem saber exactamente quais eram os gastos e rendas do abade e dos trinta e três monges que viviam em Cardeña e nos cinco priorados dependentes. O domínio estava dividido em unidades económicas administradas pelo abade e cada um dos oficiais ou priores — aquilo a que em Portugal se chamaram as «ovenças». As contas incluem as respectivas rendas em vinho, cereais (trigo e centeio) e moeda (maravedis), e os salários entregues aos serviçais, além de outras despesas correntes.

Verifica-se assim que em 1338, Cardeña continuava a utilizar um sistema em que predominava o auto-consumo. Vendia apenas uma parte relativamente pequena dos seus produtos (sobretudo vinho). Para cobrir o *deficit* os monges tinham de recorrer ao empenhamento temporário ou perpétuo de propriedades, o que lhes resolvia temporariamente as dificuldades, mas ia empobrecendo o domínio.

As contas de 1338, não explicam tudo. Não se sabe exactamente qual era a parte de reserva e a da exploração indirecta. Todavia pode-se supor, como explica o Autor, que os monges deviam arrendar a maior parte das searas e uma certa porção de hortas e moinhos. Administravam directamente, decerto, a maioria das vinhas e bosques ou pastagens, assim como alguns moinhos e as hortas que estavam junto do mosteiro, ou dos priorados dependentes. Serviam-se, para isso, da mão-de-obra assalariada dos serviçais pagos em géneros e dinheiro.

Os quantitativos obtidos não deixam, por vezes, de surpreender. Assim, o maior rendimento em dinheiro vinha dos moinhos. Quanto aos direitos senhoriais rendiam uma quantia monetária muito diminuta, o que parece colocar o mosteiro em situação muito diferente da dos domínios senhoriais na França.

Estas são, a meu ver, as principais conclusões do livro que apresentamos. É claro que ele oferece, além disso, uma quantidade muito grande de pormenores importantes que não é possível sintetizar em poucas palavras.

Entrando agora em considerações críticas, podemos dizer, em primeiro lugar, que seria difícil encontrar falhas na objectividade das afirmações e no bem fundado das deduções. O Autor possui um rigor de observação inegável, e caminha sobre bases seguras. Deste ponto de vista creio se pode apresentar como modelo. Mas nem sempre me parece explorar até ao fim os recursos de que dispõe. Gostaria de sugerir algumas operações analíticas porventura susceptíveis de o completar.

Assim, por exemplo, talvez fosse útil um exame detalhado dos casos em que desapareceram do domínio lugares que se prova terem-lhe pertencido antes de 1338: os cento e vinte e três lugares que o Autor verifica não aparecerem nas contas daquele ano. Onde se situam os lugares perdidos? Que se cultivava neles? Este exame permitiria porventura explicar o fenómeno de decrescimento territorial do domínio e talvez encontrar algumas das suas razões.

Também seria de tentar descobrir por que desapareceram, aparentemente, os rebanhos do mosteiro, que no ano de 1293 podiam estar perto de 6 000 cabeças de gado ovino e de 50 de gado cavalari, limite que lhes impôs Sancho IV ao conceder-lhes importantes privilégios.

Se todas as terras do mosteiro tinham de pagar direitos senhoriais, porque é que em 1338 só os pagam os lugares de Villafria, Orbaneja, Cardeñuela de Valdorvaneja, Castel del Val e Cardeña Ximeno?

Em que consistem e que forma assumem os empenhamentos de propriedades a que se referem as contas de 1338? Eram hipotecas ou concessões a arrendatários que se encarregavam de cobrar as rendas? Seria possível determinar a que categoria social pertenciam os respectivos beneficiários?

Que tentativas faz o mosteiro por se adaptar a uma economia monetária a partir de 1109? Houve também algumas tentativas de transformar o sistema de auto-consumo num sistema de produção?

Que influência podem ter tido na estrutura de exploração as numerosas *traditiones* que se encontram no *Becerro Gótico*?

Os doadores, que o Autor reparte entre magnates, clérigos e pequenos proprietários, pertencem todos eles a estas categorias? Não havia membros da pequena nobreza ou de um

grupo de camponeses abastados? Não seria possível identificar alguns dos doadores? Os seus nomes repetem-se ou variam sempre? Pertencem às mesmas famílias?

Tirando as duas últimas questões, todas as outras dizem respeito, como se vê, ao processo da degradação económica de Cardeña. Efectivamente, se Moreta Velayos explica notavelmente bem o seu crescimento, e tem capítulos excelentes sobre alguns dos seus aspectos, já não me parece ter atingido o mesmo nível na explicação da crise. Verifica-a, sem tentar desmontar os seus mecanismos.

Sem conhecer de Cardeña coisa alguma mais, além dos próprios dados que Moreta fornece, creio poder propor, a partir deles, uma interpretação diferente para situar o começo da crise, que ele coloca em 1109. Não há dúvida de que, a partir desta data, o domínio deixa, praticamente, de aumentar, a acreditarmos na documentação sumariada por Berganza. Mas nem por isso deixa de haver alguns sinais que podem ser interpretados, a meu ver, como tentativas de reconversão do sistema e adaptação aos progressos da economia monetária. Quero-me referir aos aumentos dos rebanhos até ao fim do século XIII, até ao ponto de poder ter atingido alguns milhares de cabeças; a obtenção de direitos senhoriais pagos em moeda e que facultavam novas possibilidades de recrutamento de mão-de-obra; a aquisição de novas casas em Burgos, de moinhos em 1200, 1230 e 1264 e de quatro hospitais (p. 193); e o aumento das vinhas. Ao mesmo tempo, os monges tentam reduzir as despesas em dinheiro, procurando eliminar o pagamento de taxas eclesiásticas pelo direito de isenção canónica. Estas tentativas podem não ter resultado plenamente, em parte por causa das circunstâncias adversas a que já nos referimos. Sabemos, todavia, que a fortuna de Cardeña tardou em diminuir, como o sugere a própria proposta que Pedro o Venerável fez de substituir o censo de 2 000 áureos pelas suas rendas, em 1142, e a ordem que o legado apostólico João Ailgrino deu em 1228, durante uma visita ao mosteiro, de aumentar o número de religiosos na comunidade, uma vez que as rendas se tinham multiplicado.

Devo também dizer que não considero dos mais sugestivos o método que consiste em estudar um mosteiro como uma

entidade puramente económica. Não creio que por esse meio se consiga fornecer uma explicação verdadeiramente adequada da realidade histórica. Se uma unidade de exploração tem as suas leis próprias de crescimento e degradação, as de um mosteiro não me parecem poder-se reduzir pura e simplesmente às de qualquer outra. De resto acontece qualquer coisa de semelhante para o domínio de uma família. Sem estudar a sua evolução estrutural, como família, a história do seu domínio, separadamente dela, seria absurda. Ora os dados que o Autor apresenta sobre a história e a organização religiosa de Cardena parecem-me insuficientes para examinar a incidência que possam ter sobre a própria evolução económica. Numa época de profundas mutações religiosas, como foram os séculos XI e XII em Espanha, estes problemas não podem ser tratados de uma maneira externa e superficial.

Referia-me mais acima, ao fazer uma comparação desta obra com a de García Cortázar, a um diferente tratamento e utilização dos dados demográficos e sociológicos. Com efeito Moreta não consegue dizer quase nada acerca dos dependentes do mosteiro: camponeses, serviçais ou assalariados e oficiais da administração; nem acerca dos protectores (com excepção dos condes de Castela e dos reis) ou dos *traditi*. Não chega a tratar dos problemas de mão-de-obra, nem do aumento demográfico ou das migrações de trabalhadores. Não aborda o problema da incidência das estruturas familiares em evolução sobre as aquisições de Cardena ou o desenvolvimento e degradação do domínio. Fica também obscuro o problema da relação entre o desenvolvimento do poder senhorial e o rendimento do domínio. É certo que o Autor não ignora a maior parte destes problemas: formula as interrogações, mas declara que a documentação não lhe forneceu para elas resposta alguma. Prefere deixá-las em aberto do que formular hipóteses arriscadas.

Sem querer negar o laconismo das fontes, permito-me todavia duvidar do seu pessimismo, ao menos em alguns destes problemas. Assim, por exemplo, pergunto se uma tentativa de identificação dos magnates e dos *traditi*, assim como das condições em que estes últimos eram admitidos, não poderia fornecer algumas indicações de interesse para a definição

sociológica destes grupos que gravitavam em torno do mosteiro e para a sua evolução através dos tempos. A quantidade de *traditiones* existentes no *Becerro Gótico* não pode deixar de fornecer mais elementos de interesse além dos que o Autor tira deles.

Porque é que os documentos do século X foram suficientes para o Autor tratar à parte as comunidades aldeãs que contactavam com o mosteiro, e já o não são no século XI (segunda parte), nem depois, quando aparecem referências a conflitos com os concelhos? Mesmo no século X, porque não previu o Autor um parágrafo sobre a nobreza, a falar das relações do mosteiro com «os restantes grupos humanos»?

Quanto aos problemas demográficos, não ignoro a dificuldade que implicam, nem os riscos que se correm ao utilizar dados imprecisos. Todavia, apesar de este capítulo da historiografia peninsular estar ainda quase completamente por estudar, o pouco que já se sabe é tão importante, sobretudo quanto aos movimentos populacionais, que não pode deixar de se ter em conta, mesmo que seja de um modo hipotético, para relacionar estes factos com a utilização da mão-de-obra disponível e o problema dos desbravamentos. Aqui, de novo, talvez seja preferível não considerar definitivo o pessimismo do Autor. O exame dos dados com métodos semelhantes aos utilizados por R. Fossier em *La terre et les hommes en Picardie* (1968), embora, porventura, aplicados a conjuntos documentais maiores, poderá, talvez, esclarecer questões deste género. O mesmo se diga acerca da estrutura e formas de exploração dominial, que nesta obra também são omitidos por obscuridade da documentação.

Queria agora referir-me a algumas dúvidas de leitura que dizem respeito apenas a pequenos pormenores:

Pág. 63, nota 112: o texto citado não me parece provar a heterogeneidade da paisagem agrícola: fala apenas de um *agro* que está junto de um prado e de uma vinha, além de uma ou duas estradas. Basta pensarmos que a vinha podia ser uma pequena terra junto das casas para termos um paisagem como se encontra tantas vezes na Europa Central: as hortas por detrás das casas e mais além os campos para cultivar cereais. Na mesma pág., porque não se indicam os documentos que

citam o trigo e a aveia ou a cevada? — Pág. 65: como se sabe que as árvores de fruto estavam intercaladas entre as restantes culturas? — Pág. 67: em que data se encontram as referências ao jugo, ao *carro de messe* e à *karrata de ligna*? — Pág. 99: como sabe o Autor que só uma parte mínima dos territórios de Cardeña foram adquiridos por presúria? — Pág. 101: os autores citados para basear a afirmação de que o clero fazia pressão para obrigar os fiéis a deixar em herança uma porção *pro anima*, negando-lhes a absolvição (Rubio e Valdeavellano), não dão provas desta asserção. Creio que devem ter confundido com as pressões exercidas mais tarde sobre os fiéis para o pagamento das várias taxas paroquiais, sobretudo das *mortuhas*. Não encontrei vestígios deste processo no século x. — Pág. 105: O Autor não indica aqui quais os casos em que a sepultura acompanhava a *traditio* nem a condição social dos que obtinham a sepultura no mosteiro, nem se havia, por vezes, doações que mencionavam a obrigação de os monges socorrerem pobres e peregrinos. — Pág. 111: uma contagem do numerário gasto em terras de pão, vinhas, bosques e pastagens, sal e moinhos, daria certamente um complemento quantitativo para calcular a importância relativa que os monges concediam a cada um destes elementos, embora porventura não conduzisse a resultados muito diferentes dos que o Autor consegue por meio de uma contagem de operações de aquisição de cada um deles. — Pág. 146: García Gallo não afirma na obra citada, que o Concílio de Coyanza, generalizou a Regra de S. Bento e os costumes de Cluny, muito pelo contrário: a versão autêntica das suas actas, como ele provou, põe a Regra de S. Bento em paridade com a de S. Isidoro, e a menção exclusiva da primeira nas outras versões é justamente um indício de que são tardias. — Pág. 234-235: o caso de Juan Rodríguez de Rejas parece ser o da concessão das rendas para ele cobrar mediante uma quantia entregue previamente; haverá outros casos semelhantes por meio dos quais o mosteiro substitui a administração directa por estas concessões? — Pág. 235: a renovação frequente dos arrendamentos como meio de combater a subida constante de preços só é necessária se eles são pagos em dinheiro; não acontece o mesmo se são pagos em géneros. — Pág. 231: o Autor parece

não ter a certeza de que o rendimento do ofício do camareiro era utilizado para comprar o vestuário dos monges; mas isso era justamente a função do camareiro e assim o afirmam expressamente as contas de 1338 (ver a pág. 264).

Como se vê estas observações não têm importância de maior, quando comparadas com os aspectos positivos da obra que aqui recenseamos. As lacunas que aponteí mais acima também não os devem fazer esquecer. Ninguém pode ter a pretensão de resolver tudo; já é muito importante que se esclareça aquilo que os documentos iluminam mais directamente. A contribuição de Moreta Valeyos para conhecermos com maior precisão a história rural de Castela nos séculos X a XIV é efectivamente valiosa. Pela maneira como aplica os métodos de análise facilita trabalhos semelhantes e esperemos que a seu conhecimento em Portugal ajude a incentivar análises do mesmo género. Esperamos também que este e outros autores que actualmente trabalham na Universidade de Salamanca em investigações do mesmo tipo possam aperfeiçoar os métodos de interpretação, adaptá-los às características da documentação peninsular e contribuir assim para o aprofundamento de um capítulo da história ibérica que desde há pouco se não pode considerar já como vazio. Pela minha parte faço votos para que os resultados destes estudos apareçam em breve e assim possa aprender com eles pelo menos tanto como aprendi com o livro de Moreta Velayos.

JOSÉ MATTOSO

PALLARES MENDEZ (M.<sup>a</sup> del Carmen) e PORTELA SILVA (Erme-  
lindo) — *El Bajo Valle del Miño en los Siglos XI y XIII. Economía Agrária y Estructura Social.* (Monografía de la Universidad de Santiago de Compostela, 9), Universidad de Santiago de Compostela, 1971. In 8.º, 146 páginas, mapas e gráficos.

Não obstante a atenção que nos últimos anos tem vindo a suscitar o estudo da vida rural na Península Ibérica continua

a ser escasso o número de trabalhos históricos que a tem como objecto.

Este facto imediatamente tornaria grata a apresentação do livro de C. Pallares Mendez e E. Portela Silva se o próprio conteúdo não oferecesse outros motivos para saudar o seu aparecimento.

Com prólogo do Professor José Angel García de Cortazar, ocupa-se este estudo, como se indica no título, de problemas de economia agrária e estrutura social nos séculos XI e XII mas, mais concretamente, do senhorio monástico de Santa Maria de Oya, centro de organização de um território, cuja localização, no baixo vale do Minho, lhe confere particular importância para os estudiosos portugueses.

Organizado em três capítulos, o trabalho é precedido por uma breve introdução em que os autores nos esclarecem sobre os seus objectivos, lhe fixam e justificam os limites cronológicos, 1100 a 1305, além de indicarem as fases de elaboração. Desde logo, é patente a penúria bibliográfica que procuram compensar pelo trabalho de arquivo.

O primeiro capítulo, a aproximação geográfica, que se apoia fundamentalmente numa monografia sobre Tuy e a sua região <sup>(1)</sup> é, talvez, excessivamente descritivo, sublinhando poucos aspectos essenciais do dinamismo dos fenómenos desencadeados pelos homens nas suas relações com a terra, particularmente importantes para a análise histórica.

Além de breves esboços das características morfológicas e climatéricas, são apresentados os tipos de paisagem resultantes: as terras altas onde o carvalho e o castanheiro foram substituídos pelo pinheiro e mais recentemente pelo eucalipto; os vales do interior onde a população mais densa organiza a economia do solo através de uma agricultura intensiva, em que o milho grosso a vinha e a batata ocupam um lugar preponderante e a planície litoral arenosa e fortemente batida por ventos mareiros onde a agricultura é, em grande medida, um complemento da actividade piscatória. Note-se a total

---

(1) Gloria Prieto Rodríguez, *Tuy y la Geografía de su Comarca*. Tesis Doctoral, Santiago, 1958.

identidade entre este troço da baixa Galiza e o território que constitui o baixo Entre Douro e Minho.

No segundo capítulo, ocupação e exploração do território, os autores procuram traçar o processo de humanização da área durante os séculos XII e XIII. Numa primeira parte, são analisados os elementos que permitiram a ocupação e exploração do território e que se resumem à população, tecnologia e estruturas sociais. As páginas (pág. 30-32) dedicadas à organização do povoamento apresentam sugestões de muito interesse que mereceriam maior desenvolvimento e fundamentação: verificou-se provavelmente nos séculos XII e XIII uma concentração da riqueza fundiária que coincidiu com o desenvolvimento de uma economia orientada para o mercado exterior à área de produção e os grandes senhorios laicos e religiosos teriam funcionado como os principais instrumentos desse movimento. Estas observações, que aqui se apresentam demasiado gerais, são retomadas e enriquecidas quando os autores analisam o que se passa concretamente com o mosteiro de Santa Maria de Oya.

Na segunda parte deste capítulo estudam-se, a partir de material de arquivo e algumas bibliografia, as formas de ocupação económica, desde o bosque à agricultura, criação de gado e actividades não primárias como o comércio e o artesanato. Finalmente, na terceira parte, são apresentadas as duas principais estruturas, o *senhorio* e o *campesinato* que se pretendem analisar quer na sua realidade estática quer no seu dinamismo e inter-relações. Neste ponto, e de um modo geral ao longo de todo o capítulo, é patente o esforço dos autores para enquadrarem a história do Baixo-Minho num contexto mais geral, europeu. Perspectiva certamente válida, mas a que muitas reservas devem ser feitas e que, no presente caso, ou a escassez documental e bibliográfica ou a orientação da pesquisa, não permitiu justificar totalmente. No espírito do leitor não fica completamente claro que este seja o modelo mais adequado para a análise dos fenómenos económicos e sociais que têm lugar nesta época e nesta região.

O terceiro capítulo é sem dúvida a parte mais válida do trabalho e constitui o contributo verdadeiramente original dos autores para estudo da história rural peninsular: trata-se, como já

referi, do estudo do domínio do Mosteiro de Santa Maria de Oya, situado na principal reentrância da Costa entre Bayona e La Guardia, sensivelmente a meia distância entre estas duas aglomerações ou seja numa localização excelente para organizar o território mais afastado daqueles núcleos e, ao mesmo tempo, estabelecer relações com o exterior por via marítima.

O capítulo está organizado em duas partes, na primeira das quais os autores tratam a formação do domínio através das suas formas de aquisição, que foram analisadas não só no seu carácter jurídico, doações, compras e trocas, mas também nas suas características prediais, mosteiros, igrejas, granjas, vilas, moinhos, casais, terras e vinhas, atribuindo a cada uma destas formas um significado na organização geral do domínio. Procuram os autores explorar quantitativamente os documentos o que permite obter resultados interessantes como os da evolução no tempo, da proporção entre doações compras e trocas, sintetizada no gráfico da página 81.

É, em grande medida, com base neste gráfico geral das aquisições do mosteiro que os autores traçam o quadro da evolução do domínio em que distinguem três grandes períodos: o do início (1130-1190) em que assumem particular importância as doações reais, sobretudo nos vinte primeiros anos, notando-se, a partir de 1150, uma tendência para adquirir prédios por compra; o período de consolidação (1190-1240), em que se nota um grande incremento das aquisições, sempre com predomínio das compras sobre as outras formas, e por último um período de expansão (1240-1305) que, após os primeiros anos de retenção, observa um surto até então nunca presenciado de aquisições, verificando-se que não só as compras mas também as doações atingem valores superiores aos de qualquer outro período. Não podemos deixar de notar aqui a disparidade entre os períodos de vinte anos escolhidos (1130-50-70-90) para o referido gráfico e as balizas utilizadas para a análise da evolução do domínio (1130-1190; 1190-1240; 1240-1305); mas a estes momentos da história do domínio correspondem também diferentes orientações económicas. Assim, no primeiro período, a sua economia baseou-se na criação de gado e na exploração florestal; no segundo o mosteiro expande-se por ricas áreas agrícolas o que ocasiona transformações não

só económicas como sociais, e por último assiste-se a um maior domínio sobre os homens e a uma intensificação do comércio com o exterior que justifica, por exemplo, o incremento da aquisição de vinhas, tudo consequência de uma conjuntura económica geral que originou um surto dos transportes e das trocas.

A parte final deste capítulo ocupa-se da estrutura do domínio do Mosteiro de Oya no que respeita à distribuição geográfica das possessões, aos elementos constitutivos e ainda às relações entre aqueles vários elementos.

A repartição geográfica das possessões evidencia três grandes áreas: a costeira, pobre em culturas agrícolas mas rica devido à pesca; a de montanha, cuja economia se baseia na criação de gado e na exploração florestal; e a dos vales interiores, ricos sob o ponto de vista agrícola, densamente habitados, onde o mosteiro se instala mais tardiamente, em boa parte por já aí se encontrarem dois poderosos senhores: as catedrais de Tuy e de Santiago de Compostela. Creio, tanto quanto permite avaliar o mapa da página 106, que os autores poderiam ter levado um pouco mais longe a análise interpretativa da distribuição geográfica das possessões do mosteiro. No referido mapa é evidente uma primeira (século XII) ligação com a área de Bayona e vale do Miñor a norte; posteriormente (século XIII) dá-se a expansão para sul, ao longo do vale do Minho e dos seus afluentes. Porquê e que formas revestiria a expansão em território português desde Valença a Moledo? Que o Mosteiro possuía no século XIII propriedades importantes em Portugal, mesmo bem longe da própria localização e área de desenvolvimento do seu domínio, pode verificar-se mesmo através da própria documentação portuguesa. Na colecção das *Gavetas* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo encontra-se o texto de uma inquirição realizada em 1235 por ordem do Rei de Portugal Sancho II, sobre os bens que o mosteiro de Santa Maria de Oya da Galiza possuía em Alfândega de Fé, e desde quando lhe pertenciam. Apuram os inquiridores Nuno Martins, alcaide (pretor), Martinha Borda, juiz, e Pedro Eanes, almoxarife, que o mosteiro tinha esses bens desde o tempo de Afonso I e de seu filho D. Sancho e desde então os possuía em paz, tendo-lhe sido confirmados por carta, *in pace*

*perpetuam possidendam* <sup>(1)</sup>. Uma busca aturada revelaria certamente muitos outros dados.

Finalmente os autores estudam os elementos constitutivos do domínio: igrejas e granjas com o seu papel de intermediários entre o mosteiro e as diversas parcelas que administram directamente; a reserva, os coutos concebidos como uma zona onde o mosteiro exerce «no solo un senhorio domestico sino jurisdiccional» (página 108), os mansos e por fim, como elemento muito importante, o senhorio jurisdiccional, o direito sobre os homens. Embora com muito interesse, nem sempre me parece resultarem suficientemente claras as definições destes diversos elementos, e o modo como são citados nas notas infrapaginais os documentos que as fundamentam também não ajuda a esclarecer o leitor. Penso ainda que teria havido vantagem, no sentido de uma maior clareza, em tratar conjuntamente esta parte com a final.

Para além das reservas que ficam feitas cumpre salientar o interesse do estudo de M.<sup>a</sup> del Carmen Pallares Mendez e Ermelindo Portela Silva sobre o Mosteiro de Santa Maria de Oya e a árdua pesquisa em arquivos que este trabalho certamente implicou. Só com base em monografias deste género, sérias e alicerçadas poderá fazer-se uma história rural regional e daí partir para o conhecimento da história rural peninsular, durante a Idade Média.

Será certamente com interesse que os estudiosos portugueses que se ocupam destes assuntos verão os autores retomar o tema, gratos pelas sugestões e matéria de reflexão que o presente estudo lhes proporciona.

MARIA JOSÉ LAGOS TRINDADE

---

<sup>(1)</sup> A.N.T.T., Gaveta I, Maço 6, doc. 21. (Public. em *As Gavetas da Torre do Tombo, I (gav. I-II)*. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960.